

**A QUESTÃO DA EDITORA UNIVERSITÁRIA DA UNE:
APONTAMENTOS INICIAIS PARA UMA PEQUENA HISTÓRIA**

Lorenzo Tozzi Evola
Mestrado – FFLCH-USP
lorenzo.evola@usp.br

Introdução

A partir de 1955, a União Nacional dos Estudantes (UNE) buscou incluir entre suas perspectivas de atuação a criação de uma editora. Inicialmente com o objetivo de facilitar o acesso dos estudantes das universidades brasileiras a livros para seus cursos, ao longo dos anos essa proposta se desenvolveu de forma mais ambiciosa, buscando atingir não apenas o público universitário, mas a sociedade brasileira como um todo. No começo da década de 1960, a Editora Universitária enfim saiu do papel e deu-se início às suas atividades, com a produção de panfletos, livros e poesia de cordel, além do suprimento de demandas gráficas internas à própria UNE. Com o golpe civil-militar de 1964,¹ é inviabilizado o funcionamento da editora e nem mesmo as publicações que já estavam sendo produzidas chegam de fato ao público.

O presente texto é uma versão reduzida de um trecho de minha dissertação de mestrado em andamento no Departamento de História Social da FFLCH-USP, sob orientação do professor doutor Francisco Alambert, e cujo eixo central é o livro *Cultura posta em questão*, de Ferreira Gullar. Em minha pesquisa optei por dividir a análise da obra em duas partes — gênese e estrutura —, uma vez que, a meu ver, a atravancada trajetória do livro, entre escrita e publicação, compõe por si só uma fonte histórica peculiar, que permite uma leitura do período sob um viés ainda pouco observado pela literatura especializada. Uma segunda parte do estudo da gênese da obra, constituída por uma análise da trajetória de seu autor, não foi aqui incluída.

Planejamento e viabilização da Editora Universitária

Em 1955, a UNE publicou um Relatório da Diretoria, documento apresentado no XVIII Congresso Anual dos Estudantes, realizado em Belém do Pará, e que se refere à

¹ Utilizo a expressão “civil-militar” cf. NAPOLITANO, pp. 43-67.

gestão de 1954-55. Esse é o documento mais antigo que encontrei fazendo menção à Editora Universitária. De acordo com o texto, a falta de recursos impossibilitou o andamento da proposta de sua criação:

Nos primeiros meses de nossa gestão eram grandes as nossas esperanças de conseguir realizar um trabalho proveitoso em prol da Editora Universitária. Discutimos um plano com o Sr. Roland Corbisier, Secretário Geral da Assistência Técnica do Ministério da Educação e Cultura. Aos poucos, entretanto, fomos verificando que com a compressão de verbas era inteiramente ilusório o que pensávamos. Por outro lado, um grande número de problemas igualmente importantes ia se acumulando, obrigando-nos a concentrar nossa atenção em alguns deles. (UNIÃO, 1954-55, p. 28)

Uma outra questão editorial, que se converteria numa pauta nunca devidamente conquistada pelo movimento estudantil brasileiro da época, é a do livro didático. Neste mesmo documento já se encontram alguns dos argumentos que seriam vistos outra vez alguns anos depois, muitos dos quais deram o tom exato da importância que a UNE dedicava à criação de uma editora própria:

Não podemos, entretanto, descurar do problema do livro didático. Com a experiência adquirida pelo que nos foi dado observar, julgamos que seria mais acertado prever-se para a próxima gestão objetivos mais modestos, mas que seriam um primeiro passo para a conquista de uma de nossas *reivindicações mais sentidas*: a Editora Universitária. Sugerimos a realização de um inquérito que permite à UNE organizar uma relação das obras mais importantes e indispensável para os diversos cursos. Com essa relação organizada poderíamos pleitear a impressão das mesmas pelo Instituto Nacional do Livro que as venderia aos estudantes por preços acessíveis. (Ibid., p. 29, grifo nosso)

Em 1959 ocorreu seu 22º Congresso, no qual se discutiu, como parte dos “relatórios da diretoria”, o “incentivo da campanha por uma editora da UNE”. (Cf. UNIVERSITÁRIOS..., p. 11) Em 23 de julho de 1960, foram publicadas no jornal *O Metropolitano* as discussões das comissões preparatórias para o 23º Congresso, dentre as quais, na seção “Problemas econômicos e sociais”, item b, “Livro e todo e qualquer material didático”, consta:

A criação de uma Gráfica Editora Universitária da UNE [...]

Esta Gráfica Editora da UNE teria dentre as suas finalidades, as seguintes:

1. Venda exclusiva a estudante de nível superior de livros e materiais inerentes a seu curso
2. Monopólio na importação de livros estrangeiros, a dólar oficial, livros estes imprescindíveis aos estudantes
3. Impressão de jornais e revistas das UUEEs e DCEs
4. Aquisição de livros e materiais didáticos, diretamente, às editoras e empresas nacionais para a cessão ao estudante a preços ínfimos (COMISSÕES, pp 6-7)

Mais do que uma gráfica e uma editora, o que as discussões propunham era uma nova política do livro no Brasil, a partir das tentativas que ocorriam desde 1955, na qual os estudantes universitários teriam acesso facilitado por subsídios, via UNE, às obras “imprescindíveis” de seus cursos. Sendo estas já publicadas no país, caberia à editora a aquisição no atacado de exemplares para venda aos estudantes; para o caso de o livro ser estrangeiro, a empresa teria monopólio sobre sua importação — ainda que o documento não deixe claro se se trataria de traduzir a obra ou revendê-la no idioma original.

A editora foi finalmente fundada em 1962, na gestão de Aldo Arantes enquanto presidente da UNE. Além das discussões que envolviam uma editora universitária, constituiu um fato novo os estudantes organizados conseguirem, junto ao governo federal, a verba necessária para tirar do papel o projeto. Nas Resoluções do Conselho da UNE, publicadas para o Encontro Sobre Reforma Universitária, ainda em 1962, dedicou-se um relatório com detalhes da negociação:

I - A União Nacional dos Estudantes receberá uma dotação orçamentária no valor de Cr\$ 10.000.000,0 (dez milhões de cruzeiros) para o fim específico de instalação de uma Editora Universitária. De posse desta soma, a direção da entidade iniciou entendimentos para a realização de seu plano editorial, constatando, de início, a dificuldade em montar uma gráfica particular, de sua exclusiva propriedade, com a quantia supracitada, por todos considerada insuficiente. A esta época, os diretores da Gráfica Leal Ltda., empresa desta praça, propuseram-se aos diretores uma sociedade para instalação de uma futura Gráfica-Editora de Cultura Popular que seria formada por aquela firma e mais a UNE e alguns sindicatos do Estado da Guanabara. A direção da entidade não considerou a solução satisfatória [...] A UNE, então, em nome da Editora Universitária, adquiriu máquinas daquela gráfica no valor de sete milhões de cruzeiros e as locou à mesma gráfica contra uma prestação mensal, em dinheiro [...], instalações para a Editora e prestação de serviços. (UNIÃO, 1962, p. 33)

Nota-se que, ao adquirir maquinário da gráfica para receber um aluguel, ao mesmo tempo que garantia a confecção de suas publicações, a direção da UNE trabalhava para garantir a viabilidade comercial de sua empreitada editorial. O segundo item do relatório trata da nomeação para a direção da editora, além da divisão entre UNE e as Uniões Estaduais de Estudantes (UEEs) em suas ações:

II - Feito e referendado o Contrato por ambas as partes, a UNE nomeou para a direção da Editora Universitária o colega Carlos Diegues que, junto a uma equipe por ele formada, vem dando prosseguimento às atividades de instalação da Editora. A diretoria da UNE propôs que a Editora Universitária se formasse como Sociedade Anônima em que a entidade máxima teria a maior parte do capital [...], distribuindo as outras ações entre as UEEs de todo o Brasil, em partes iguais. [...] (Ibid., p. 33)

Dividindo as ações, a UNE fez um esforço para viabilizar um fluxo constante de dividendos entre as UEEs, uma vez consolidada a produção da editora. A seguir, a definição do endereço da editora, juntamente com seu plano de negócios, bem como o tipo de materiais que buscava produzir:

III - A instalação da Editora em sua sede está se processando agora, feito o plano financeiro que destacou verba especial para a montagem de seus escritórios (três salas), à Rua Frei Caneca, 383. Esta instalação compreende a compra de material básico e acessórios, mesas, máquinas de escritório, arquivos etc. [...]

IV - O plano editorial da Editora está também, em elaboração. Ele terá como dados fundamentais três linhas de coleções: interesse universitário, livro didático e cultura popular. Quanto ao primeiro, pretendemos publicar obras de interesse para os estudantes superiores do país, obras sobre seus problemas, suas entidades etc. Para iniciar este setor editorial, já estamos em vias de assinar contrato com o professor Álvaro Vieira Pinto para a publicação de seu trabalho sobre Reforma Universitária. Quanto ao segundo a equipe da Editora está fazendo uma pesquisa destinada a localizar aqueles mais frágeis na deficiência didática de publicações. Cobrir os vazios, pôr no mercado livros didáticos pelo menor preço possível e assim por diante. [...] Quanto ao terceiro ponto, a Editora trabalhará em relação íntima com o Centro Popular de Cultura da UNE, com o fito de receber dele as indicações necessárias para o cumprimento de um programa editorial que vise a difusão de uma cultura popular. Para a realização de tal programa, a Editora Universitária contará com um Conselho de Edição, de caráter consultivo, integrado por universitários de reconhecido valor cultural, e que já está funcionando. (Ibid., pp. 33-4)

Esses excertos deixam claro o tamanho do projeto e do planejamento de seu alcance. Ao propor obras que abranjam o mercado de didáticos, o público universitário, tanto alunos quanto professores, e a difusão de “cultura popular”, a Editora Universitária interviria diretamente na maior parte das questões sobre as quais teorizava em suas publicações, além de articular apoiadores que, embora relativamente próximos à entidade, não possuíam origem estudantil — como é, de forma geral, o caso dos membros do Centro Popular de Cultura (CPC).²

Tal articulação se tornou possível a partir de um amálgama de condições. Algumas num plano “macro”, em cujo desenvolvimento as instituições e agentes possuíam um menor poder de intervenção; outras, num plano “micro”, com um grande poder de agência. Dentre as últimas, destaco as mudanças proporcionadas pela eleição de Aldo Arantes como presidente da UNE. Tal processo se deu, por sua vez, como resultado de

² É comum na literatura a adoção da sigla “CPC” para se referir ao grupo surgido no Rio de Janeiro a partir do processo explicado no presente capítulo. No presente trabalho ele é adotado da mesma forma. Porém, é importante lembrar que houve “CPCs” em outras cidades do Brasil, organizados a partir de outra entidade estudantil, a UBES. Marcelo Ridenti faz observação semelhante, cf. 2014, p. 62.

da aproximação de setores da militância estudantil católica, em especial a JUC (Juventude Universitária Católica), com grupos das esquerdas do período.³

A politização dos universitários católicos

A JUC foi uma das organizações de militância leiga da Igreja Católica. Surgiu em 1946, sendo um dos braços da Ação Católica Brasileira (ACB), tendo entre seus objetivos principais a aproximação da Igreja com grupos da sociedade civil, enquanto estratégia para combater o chamado “ateísmo prático” representado pelos comunistas. (MATTOS, p. 209)

Durante a década de 1950, o contexto político nacional, sobretudo a exaltação do desenvolvimento do país, se tornaria tema de atenção da juventude católica. Em 1954, num encontro nacional da JUC, a pauta central foi “O universitário e a questão social”. Até o final da década, essa aproximação com as questões políticas apenas aumentaria suas proporções, inclusive com a adoção do termo “engajamento”, com base nas ideias do pensador, também católico, Emmanuel Mounier, e sob um “compromisso com a transformação da sociedade”, entendida como desigual e injusta.

Na virada para a década de 1960, a confluência entre a luta missionária e a luta política, entre o engajamento e a espiritualidade, encontraria um ponto de encontro a partir do desenvolvimento de um conceito: o “Ideal Histórico”, que surgiria no Congresso de 10 anos da JUC, propondo “a síntese que unia a ação espiritual e temporal em um mundo que deveria ser permanentemente construído pela ação do homem, mas tendo em vista, sempre, a salvação das almas.” (MATTOS, p. 212) Assim, a luta por uma sociedade mais justa, por meio de intervenção direta em seu seio, passava a se coadunar com o desafio da evangelização.

A opção pela atuação não apenas no campo espiritual aproximou os membros da JUC do movimento estudantil brasileiro, que, à época, vivia suas próprias agitações em relação aos debates em curso no país. Apesar de ser um grupo organizado dentre os estudantes desde o final dos anos 40, foi apenas ao longo dos anos 50 que os jucistas definiram com clareza suas posições políticas, o que facilitou sua ação junto a outros grupos leigos. Nas eleições para a presidência da UNE de 1956, a chapa vencedora, de

³ Faço uso do termo “esquerdas”, no plural, cf. REIS, 2005.

esquerda, contou com apoio formal de jucistas. Até o final desta década, a JUC obteve sucesso em eleger membros seus como lideranças políticas nos DCEs (Diretório Central dos Estudantes) de duas universidades brasileiras: UFMG e PUC-RJ. Em julho de 1961, a JUC, aliando-se ao Partido Comunista do Brasil (PCB)⁴, lançou seu próprio candidato à presidência da UNE, Aldo Arantes, em eleição realizada em seu XXIV Congresso, da qual se sagraria vencedora.

Esse processo de engajamento político dos jucistas não ocorreria sem reação da Igreja. Divergências inicialmente apenas teóricas — a priorização da “ação sobre as estruturas” sobre a “ação missionária” — foram tornando-se mais intensas. Em 1961, a ACB determinou que a JUC se afastasse de todos os movimentos ligados às esquerdas. Diante da recusa por parte da maioria dos jucistas, dentre os quais o próprio Arantes, a ACB decidiria expulsá-los.

Uma vez perdida a conexão com a hierarquia católica, os agora ex-jucistas vislumbraram uma nova organização, à qual se buscava somar, inclusive, membros de outras vertentes das esquerdas. A partir desta movimentação, organizou-se a Ação Popular (AP), que desde esse momento renunciou a um viés religioso em sua atuação. Além disso, a aproximação do movimento estudantil com o operário e o de camponeses, na contramão do que pretendia a hierarquia católica, se intensificou. Sendo uma organização independente, a AP pôde estruturar-se a partir de sua base e sem a ingerência de outra instituição, retomando rapidamente a aproximação jucista com o Movimento de Educação de Base (MEB) e com as Ligas Camponesas, além da UNE e do CPC.

Sob a gestão de Arantes na UNE, uma postura clara de atuação foi prontamente definida: “atuar revolucionariamente dentro da estrutura brasileira, visando a tomada do poder, pela implementação de uma sociedade socialista.” (MATTOS, p. 236) Os primeiros anos da década de 60 marcaram uma radicalização dentro do movimento estudantil universitário, acompanhando o que ocorria dentro das esquerdas brasileiras.⁵ A principal pauta para a UNE à época era a reforma universitária, cujas discussões se iniciaram em 1957 (FÁVERO, p. 37). Partindo de uma discussão sobre a Lei de Diretrizes

⁴ Em agosto do mesmo ano, numa reunião do comitê central do partido decidiu-se pela mudança do nome, que passaria a ser Partido Comunista Brasileiro. (FALCÃO, p. 337)

⁵ No campo das artes, esse processo se deu pelo viés do “engajamento”. Para o caso do teatro, cf. GARCIA, 2007, *passim*.

e Bases (LDB), na qual a premissa deixou de ser “universidade *como*” ou “para *quê*” em prol de “universidade para *quem*”, os estudantes organizados se viram obrigados a incluir uma análise da situação em outros campos, externos à universidade, para que se pudesse propor uma reforma de fato ampla. A aproximação com outros setores provocou na UNE um ímpeto pela intervenção direta nos problemas brasileiros que marcaria intensamente sua atuação posterior. Criar uma editora foi um dos meios pelos quais se buscava atingir este fim.

A Editora Universitária em funcionamento

Em maio de 1962, a Editora Universitária publicou seu primeiro livro, *A questão da universidade*, de Álvaro Vieira Pinto. Por não contar com uma ficha técnica — inclusive sendo necessário deduzir a data de publicação por documentos externos ao livro, como notícias de jornal à época — a obra traz poucas informações sobre sua própria gênese. O único nome citado, além do autor e da própria editora, é o do capista: Rogério Duarte. Minha hipótese para isso é a seguinte: num projeto editorial ainda em seus primeiros passos, é bastante plausível que o capista cumprisse outras funções, talvez aproximando-se do que hoje seria um diretor de arte.

A questão da universidade conta com uma “Nota inicial”, na qual se explica a razão de ser da editora:

“A Questão da Universidade”, do Professor Álvaro Vieira, Catedrático da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, é o primeiro livro da Editora Universitária. É, por conseguinte, uma estreia — que define e caracteriza a estreante: uma editora de livros universitários preocupados com os problemas da sociedade em que nasceram e vivem — e cômicos de que, exigentes de solução, esses problemas demandam também, necessariamente, estudo e análise. (VIEIRA PINTO, nota inicial)

Na quarta capa apresentam-se outras informações:

Com o livro “A Questão da Universidade”, do professor Álvaro Vieira Pinto, a Editora Universitária, da União Nacional dos Estudantes, está apresentada ao público. O livro é o melhor cartão de apresentação que a Editora poderia conseguir. [...]

Quanto à Editora Universitária, estreante, sua intenção: “livros à mão cheia”. Se possível. E o certo: para isso, a Editora esgotará todos os modos de esforço existentes e inventáveis. (Ibid., quarta capa)

Resultado de um processo que, conforme demonstrei, vem desde os anos 50, a publicação do livro de Vieira Pinto foi, sob o ponto de vista da editora, um ponto de partida para um projeto editorial de grande alcance.

O passo seguinte foi a publicação do segundo livro, *A questão da remessa de lucros*, ainda em 1962. De autoria coletiva — constam na capa Aristoteles Moura, Barbosa Lima Sobrinho, Francisco Mangabeira, Roland Corbisier e Sérgio Magalhães — o livro conta com basicamente as mesmas informações técnicas do caso de Vieira Pinto. A única adição é a informação “Cadernos Políticos - 1 - 1962”, abaixo do nome de Rogério Duarte, uma evidência da divisão das publicações futuras em coleções. Além disso, os livros não possuem nenhuma introdução por parte da editora, tampouco qualquer informação sobre a coleção em si. Na quarta capa, apenas um curto poema, de autoria anônima:

e saber se o capital estrangeiro
é necessário ao Brasil
ou se o Brasil
é necessário ao capital estrangeiro

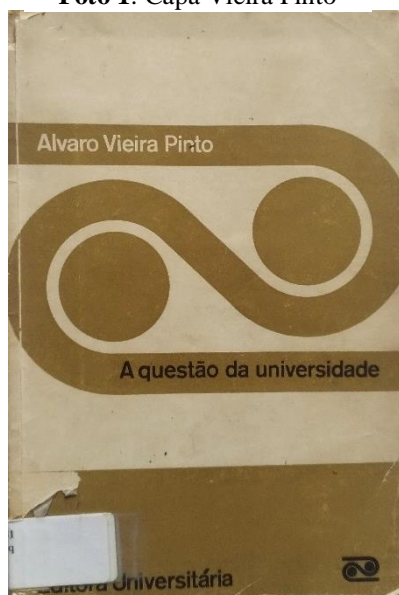
Os livros possuem um projeto gráfico padrão para toda a coleção, numa concepção similar à dos *Cadernos do Povo Brasileiro* — publicação da editora Civilização Brasileira cujo desenvolvimento e comercialização, inclusive, contaria com a participação de Vieira Pinto, da UNE e do CPC. Um sucesso comercial, conforme explica Angélica Lovatto:

Publicados de 1962 a 64, estima-se que a tiragem total de seus exemplares tenha ultrapassado a impressionante marca de um milhão de exemplares. [...] O instigante tema do número 4, *Por que os ricos não fazem greve?*, escrito por Álvaro Vieira Pinto, atingiu — sozinho — a marca de 100 mil exemplares vendidos. (p. 91).

Outra semelhança é a de serem livros curtos. Nenhuma das três obras tem mais de 170 páginas. Sendo pensadas para divulgação, isto é, trabalhos voltados para a introdução do leitor aos debates sobre um tema para o qual se pressupõe que ele tenha pouco conhecimento, e pensando num público leitor/alfabetizado que tinha restrições,⁶ uma eventual opção por textos de maior fôlego tenderia a afastar os leitores, seja pelo aumento no custo gráfico do livro, inevitavelmente repassado ao preço de capa, seja por uma complexidade elevada para o leitor médio. Diferentemente, entretanto, dos *Cadernos*, os livros da Editora Universitária são de tamanho padrão em relação às publicações comerciais da época (148mm x 200mm). Quanto à tiragem, uma lacuna importante: não encontrei, até o momento, fontes a esse respeito.

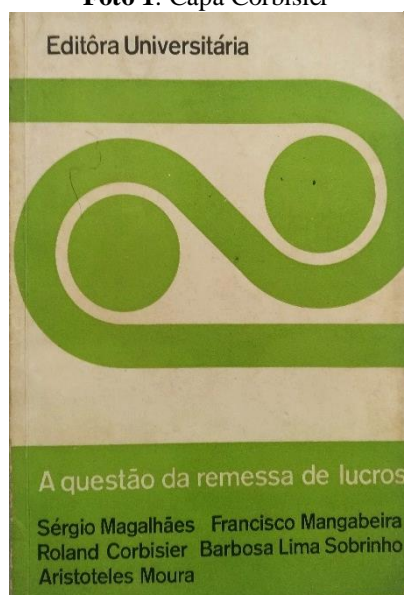
⁶ Cabe lembrar que o Brasil entra na década de 1960 com 39,7% da população em condição de analfabetismo, cf. BRASIL, p. 6.

Foto 1: Capa Vieira Pinto



Fonte: do autor

Foto 1: Capa Corbisier



Fonte: do autor

Outras publicações, no campo da poesia de cordel, fizeram parte do catálogo da Editora Universitária até o ano de 1964. Destacamos três: de Ferreira Gullar, *João Boa-Morte: Cabra Marcado para Morrer e Quem matou Aparecida?*; de Reinaldo Jardim, *Safadeza do diabo com a morte do coronel*.⁷ São obras de composição mais simples, afinal são constituídas de poemas de algumas páginas, cujo enfoque era a venda a um valor módico. No “Relatório do Centro Popular de Cultura”, é descrita a venda de “folhetos de feira”, sendo o mais bem sucedido justamente o de Gullar, ainda que a ideia de os vender diretamente em praça pública tenha gerado reações por parte do governo estadual:

João Boa-Morte foi vendido em vários estados. Na Guanabara, grupos do CPC venderam na porta da Central do Brasil, lendo trechos do poema para um grande número de pessoas, na sua maioria operários. Em duas horas venderam-se mais de trezentos exemplares. Esse tipo de venda foi sustado devido à intervenção da polícia, que prendeu os vendedores e os folhetos. Deu também bons resultados a venda, pelo CPC de Niterói, na estação das barcas daquela cidade, dos demais folhetos. (CENTRO, p. 450)

João Boa-Morte é também, como informa o mesmo relatório, a primeira publicação editorial do “CPC da UNE”. (Ibid., p. 450) Há um desencontro nesse sentido entre o que informa o relatório e os textos incluídos na edição de *A questão da*

⁷ Não encontrei, até o momento, um levantamento de todas as publicações em cordel feitas pela Editora Universitária. Como mostrarei adiante, há outras. As três destacadas aqui são as que obtive uma cópia.

universidade, de Vieira Pinto: ambos são assumidos como a publicação de estreia da editora. Com bases nas datas contidas nos próprios documentos, entretanto, o livro de Vieira Pinto aparenta ter surgido primeiro, ainda que por dois meses de diferença, sendo de maio, enquanto o cordel de Gullar data de julho de 1962.⁸

O “Relatório do Centro Popular de Cultura” traz também informações importantes sobre a tiragem dos cordéis. Sabemos por meio dele que *João Boa-Morte* teve em sua primeira impressão, na data informada acima, 5 mil exemplares produzidos, vendidos a Cr\$ 50,00 cada. Já em novembro é elaborada uma “nova edição”, agora com 10 mil exemplares, vendidos a Cr\$ 20,00.⁹ Além disso, o relatório informa sobre uma parceria com a Editora Civilização Brasileira, para a organização da coleção *Violão de Rua* como “volume extra” dos *Cadernos do Povo Brasileiro*. Os dois exemplares dessa coleção mantiveram não apenas o projeto gráfico dos *Cadernos*, como também os números ambiciosos de tiragem, segundo os dados levantados por Lovatto: 10 mil exemplares cada.

Em 1963, outros três cordéis foram lançados: *Aventuras de Zé Fominha*, de Félix de Athaíde; *As safadezas do diabo com a mulher do coronel*, de Reinaldo Jardim; e *Quem matou Aparecida?*, de Ferreira Gullar. Para cada um, 5 mil exemplares. Preço de venda de Cr\$ 50,00. Analisando o conjunto dos cordéis encontrados até o momento, notamos alguns padrões. Todas as capas foram impressas em fundo branco com monocromia vermelha, bem como em papel de mesma gramatura das páginas internas. Aproximavam-se de panfletos, como o próprio “Relatório do Centro Popular de Cultura” aponta, e, portanto, deveriam ser manuseados e armazenados com facilidade, além de terem um custo final ao público bastante reduzido. Em todos, da parte superior para a inferior, constam: nome do autor; título e subtítulo, caso haja, do poema; uma ilustração, que remete à xilogravura; e os nomes, tanto do CPC, quanto da Editora Universitária. Compõe-se, assim, um estilo baseado na literatura de cordel que circulava pelo Nordeste

⁸ É importante ressaltar que em *João Boa-Morte* em si não foi inserida a data. Obtive essa informação no mesmo “Relatório do Centro Popular de Cultura”. Ibid. p. 450.

⁹ Como só obtive um exemplar do cordel, é impossível saber se essa “nova edição” trazia alguma alteração em relação à anterior, além do preço 60% menor. Sobre os números de tiragem e preço de capa, cf. ibid. Apenas a título de comparação, adiante, no relatório, cita-se o caso de uma outra coleção editada pelo CPC e pela Editora Universitária, denominada *Reportagens*. Inicialmente contava com 3 livros, todos com tiragens de 10 mil exemplares, e vendidos a Cr\$ 300,00 cada. Tratarei dela com mais detalhes em minha dissertação de mestrado.

brasileiro, acrescido de informações mais detalhadas sobre quem está por trás daquela publicação, tanto em termos de edição quanto de autoria — ambos elementos, em geral, ausentes nesse tipo de literatura.¹⁰ Não se padronizou, contudo, a diagramação, tendo cada caso suas peculiaridades: em *Quem matou Aparecida?*, todo o texto está em caixa alta; em *As safadezas etc.*, o nome do autor consta em caixa baixa; em *João Boa-Morte*, todo o texto está apenas com iniciais em caixa alta.¹¹ Há divergências também quanto aos nomes das instituições: nas duas obras de Gullar se verifica “Editora Universitária” e “Centro Popular de Cultura da UNE”, enquanto na de Jardim, “Centro Popular de Cultura” e “Editora Universitária da União Nacional dos Estudantes”. De certa forma, tanto CPC quanto a Editora Universitária eram, sob a perspectiva da editora, partes integrantes da UNE.

A capa de *João Boa-Morte* é a única dos três que conta com o símbolo da Editora Universitária — o mesmo, aliás, que aparece em *A questão da Reforma Universitária* e *A questão da remessa de lucros* (cf. fotos acima) —, porém não com o mesmo destaque e tamanho, uma vez que, se no caso do cordel ela apenas complementa o nome da editora, vindo logo em seguida a este, no caso dos outros livros ela é a própria ilustração que se faz presente na capa. Ao abrir os livros, verifica-se novas discrepâncias e, sem dúvida, pode-se notar uma diferença entre *João Boa-Morte* e as outras duas obras. Tanto em *Quem matou Aparecida?* como *As safadezas etc.*, não há nenhuma informação adicional entre capa e texto, sendo que no primeiro, inclusive, o texto já tem início na contracapa. Já em *João Boa-Morte* foi inserida uma folha de rosto — idêntica à capa, porém na cor preta —, que precede uma folha com informações que, se não chega a ser uma ficha técnica, nos traz dados importantes. O primeiro deles é que consta o nome do capista: Darel.¹² O segundo é que a tipografia desta página é a mesma de *A questão da Reforma Universitária* e *A questão da remessa de lucros*, o que demonstra uma conexão direta

¹⁰ Para análises minuciosas das capas de cordéis, além de seu desenvolvimento ao longo do tempo, suas características comuns etc., cf. CARVALHO, 1995; MATOS, 2007.

¹¹ É impossível até o momento saber se a edição que obtive acesso de *João Boa-Morte* se refere à primeira “edição” ou à segunda. Sendo o último caso, talvez se explique o fato de que seja nessa obra onde a equipe editorial se ocupou de inserir mais informações sobre sua elaboração.

¹² Dois indivíduos com esse nome são identificados como capistas em diferentes trabalhos: Darel Lins e Darel Valença. O primeiro fez, para uma edição de luxo de 1954 de *Memórias de um sargento de milícias*, cujo autor é Manuel Antonio de Almeida, além de uma edição de 61 — também de luxo — de *Paranduba amazonense*, cujo autor é Barbosa Rodrigues; o segundo realizou alguns trabalhos para a Editora José Olympio, cf. LIMA e MONTEIRO, 2008; BARBOSA, 2010.

entre a produção das duas coleções da Editora Universitária. E se, no caso de Corbisier et al. aparece o nome de uma coleção, “Cadernos Políticos”, no caso de *João Boa-Morte* se trata dos “Cadernos de Cultura Popular”. A divisão editorial proposta nas “Resoluções do Conselho da UNE” se materializou nas obras publicadas pela Editora Universitária.

Um breve texto, com dois parágrafos, introduz o CPC ao incauto leitor de um cordel. Diferentemente da introdução de *A questão da Reforma Universitária*, porém, não há menção à editora. A explicação é direta: “Para denunciar que só existem poderosos quando existe miséria é que existe o Centro Popular de Cultura.” (GULLAR, [1962], p. 3) Em seguida, dá-se início ao poema.

Outras informações podem ser encontradas ao final. Em *João Boa-Morte*, a última página traz um breve texto informativo sobre o Nordeste brasileiro, seu enorme tamanho, se comparado aos países europeus, e alguns números para ilustrar a pobreza da região. Em *Quem matou Aparecida?* o poema se encerra na quarta capa. Em *As safadezas etc.*, entretanto, a última página traz um texto do então deputado pelo PTB, Eloy Dutra, intitulado “A cultura e o povo”. Nele, elogios ao CPC:

O irrecusável valor da árdua missão confiada ao Centro Popular de Cultura é algo que transcende a simples incumbência artística. Vai além, muito além. O CPC tem um lugar de luta dramática na evolução cultural de nossa gente. Terá que lutar contra a inveja, a incompreensão e o reacionarismo dos velhos dialetos que ainda discursam de fraque e cartola, dos paspalhões que morreram e esqueceram de deitar. (p. 8)

Se há momentos em que baixa uma névoa sobre a fronteira entre arte e política, a presença do que hoje chamaríamos de posfácio de um deputado num livro de poesia de cordel me parece evidência de que a visibilidade, no período histórico em questão, não estava alta. Indo além, se há uma distância clara entre as lideranças da UNE — no ano de 1962, muito próximas à AP —, e as do CPC, por sua vez mais ligadas ao PCB, proponho que se entenda a Editora Universitária como espaço de aproximação entre esses grupos de agentes distintos: católicos de esquerda, intelectuais isebianos, comunistas teorizando e tentando praticar a “cultura popular” etc., todos publicando por uma instituição comum, em busca de atingir um público mais amplo.

Conclusão: o fim abrupto

Retomando o relatório da UNE de 1962: “O plano editorial da Editora está também, em elaboração. Ele terá como dados fundamentais três linhas de coleções:

interesse universitário, livro didático e cultura popular.” (loc. cit.) O livro que daria início à linha de “cultura popular” da Editora Universitária seria *Cultura posta em questão*, de Ferreira Gullar.

Compilando oito ensaios curtos, além de uma introdução, o livro do poeta e crítico maranhense tem uma história de publicação bastante problemática. Apesar de terem ocorrido dois eventos de lançamento da obra — um em São Luís, outro em Recife —, comprovados por abundantes relatos da imprensa à época, ela nunca chegou às livrarias. Isso se deu pois um terceiro evento foi agendado como lançamento “oficial” da obra. Este, por sua vez, ocorreria em 20 de abril de 1964, na sede da UNE no Rio de Janeiro, como parte do IV Festival de Cultura Popular, no qual, além de outros dois livros serem lançados, ocorreria a inauguração do Teatro da UNE (LAGO BURNETT, 1964).

Com o golpe de estado de 1964, entretanto, nada disso ocorreu. Já no dia 1º de abril a sede da UNE foi incendiada: o teatro foi destruído ainda em obras; toda a tiragem do livro de Gullar foi apreendida e destruída.¹³ O que se conhece hoje como a primeira edição de *Cultura posta em questão* é a versão publicada pela Civilização Brasileira apenas em 1965.¹⁴

Em conjunto com o CPC e outras instituições, portanto, as atividades da Editora Universitária cessam com o golpe. Como procurei demonstrar, foram cerca de dois anos de funcionamento — além de quase uma década de planejamento e negociações por sua viabilização. A editora produziu livros, cordéis e documentos públicos da UNE, sem contar o seu uso gráfico pelos estudantes organizados para imprimir panfletos, cartazes etc. Dentre os autores publicados, intelectuais, políticos de esquerda, poetas. Dentre os temas abordados, poesia de cordel, “cultura popular”, economia.

Constituiu, assim, uma convergência por meio de um espaço amplo de divulgação de conteúdos e ideias de agentes cujos únicos vínculos, em alguns casos, foram a

¹³ Cabe ressaltar que, embora os relatos da apreensão e destruição dos livros sejam abundantes na imprensa à época, os detalhes de como isso se deu são um pouco nebulosos, muito por conta da falta de documentação sobre o episódio. Em minha dissertação de mestrado entrarei em mais detalhes a esse respeito.

¹⁴ Após dois anos de pesquisas, ainda não fui capaz de encontrar um único exemplar da edição da Editora Universitária de *Cultura posta em questão*. Exemplares remanescentes, se houver, são poucos e muito difíceis de localizar. Ainda que seja muito provável que, em termos de texto, as edições posteriores sejam muito semelhantes a esta, são os demais elementos — capa, índice, um eventual prefácio ou posfácio, informações técnicas etc. — que, a meu ver, poderiam oferecer um rico material de análise. Não obstante, continuo na busca.

proximidade com as esquerdas, e o objetivo, frustrado, de expandir seu público para além da intelectualidade e dos universitários.

Bibliografia

BARBOSA, Vladimir de Abreu Braga. “Capa de livro: o design para um produto de valor cultural no contexto nacional”. Trabalho de Conclusão de Curso (Gestão, Design e Marketing). IFF. Rio de Janeiro. 2010.

CARVALHO, Gilmar de. “Xilogravura: os percursos da criação popular”. **Rev. Inst. Est. Bras.** São Paulo, v. 39, pp. 143-58, 1995.

FALCÃO, Frederico José. **Os homens do passo certo: o PCB e a esquerda revolucionária no Brasil (1942-1961)**. São Paulo: Sundermann, 2012. ISBN 9788599156780. 384 p.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **A UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2009. 2ª ed. rev. ISBN 9788571083448. 292 p.

GARCIA, Miliandre. **Do teatro militante à música engajada: a experiência do CPC da UNE (1958-1964)**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. Col. História do Povo Brasileiro. 158 p. ISBN 9788576430407.

LIMA, Guilherme Cunha; MONTEIRO, Gisela Pinheiro. “A atuação de diretores técnicos em uma coleção de livros de luxo”. **Textos Selecionados de Design 2**. Rio de Janeiro: PPDESDI, UERJ, 2008

LOVATTO, Angélica. “Ênio Silveira e os Cadernos do Povo Brasileiro: nacionalismo e imperialismo nos anos 1960.” **Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina**, GT 8: Marx e marxismos latino-americanos, 14-17 set. 2010. Londrina. pp. 90-101.

MATOS, Edilene. “Literatura de cordel: a escuta de uma voz poética”. **Habitus**. Goiânia, v. 5, n.1, p. 149-167, jan./jun. 2007.

MATTOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. **Uma história da UNE (1945-1964)**. Campinas: Pontes, 2014. ISBN 9788571134997. 352 p.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014. ISBN 9788572448260. 367 p.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. 3ª ed. ISBN 9788571105584. 88 p.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**: artistas da revolução, do CPC à era da TV. São Paulo: Editora Unesp, 2014 2ª ed. rev. e ampl. 449 p. ISBN 9788539305049.

Fontes citadas

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Mapa do analfabetismo no Brasil**. 2009. 39 p. Disponível em: [<https://goo.gl/ami5Fo>] (acesso em 26 de julho de 2019).

CENTRO POPULAR DE CULTURA. “Relatório do Centro Popular de Cultura”. In: BARCELLOS, Jalusa. **CPC da UNE**: uma história de paixão e consciência. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, (1967/1994). pp. 441-56. ISBN 9788520905555. Anexo.

COMISSÕES. **O Metropolitano**. Rio de Janeiro, pp. 6-7, 23 jul. 1960.

CORBISIER, Roland; BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre José; MAGALHÃES, Sérgio; MANGABEIRA, Francisco; MOURA, Aristoteles. **A questão da remessa de lucros**. Rio de Janeiro: Editora Universitária, 1962. 115 p.

GULLAR, Ferreira. **João Boa-Morte**: cabra marcado para morrer. Rio de Janeiro: Editora Universitária, [1962]. Cordel.

_____. **Quem matou Aparecida?** Rio de Janeiro: Editora Universitária, [1963]. Cordel.

JARDIM, Reinaldo. **As safadezas do diabo com a mulher do coronel**. Rio de Janeiro: Editora Universitária, [1963]. Cordel.

LAGO BURNETT, José Carlos. “Cinco milhões em prêmios na TV”. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, caderno B, 31 mar. 1964. Coluna de Literatura.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. **Relatório da Diretoria**. XVIII Congresso Nacional dos Estudantes. Belém-PA, 1954-55.

_____. **Resoluções do Conselho da UNE**. Encontro Sobre Reforma Universitária. Mar/62.

UNIVERSITÁRIOS em congresso (mais de 700). **Novos Rumos**, Rio de Janeiro, p. 11, 24 a 30 jul. 1959.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **A questão da universidade**. Rio de Janeiro: Editora Universitária, [1962]. 163 p.